

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO INTERNACIONAL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS								
DOCENTE	LÍVIA BRIOSCHI (ESTÁGIO DOCENTE) E RÔMULO SAMPAIO (SUPERVISOR)								
CÓDIGO	GRDDIRELE372/ GRDDIRELE357	SEMESTRE	2025.1	PERÍODO	6º/10º	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	25/30h

EMENTA	Ciência das mudanças climáticas. Mitigação e adaptação. Fontes do Direito Internacional. Normas gerais do Direito Internacional. Tratados internacionais sobre mudanças climáticas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) ou regime UNFCCC. Técnicas e desenho dos tratados: a diferença entre <i>hard</i> e <i>soft law</i> , abordagens <i>top-down</i> e <i>bottom-up</i> . Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 1992. Mandato de Berlim de 1995. Protocolo de Quioto de 1997. <i>Quantified Emissions Limitation and Reduction Commitment</i> (QELRC). Os três mecanismos de cumprimento do Protocolo de Quioto. Decisões da Conferência das Partes (COPs): Acordos de Marrakesh, Plano de Ação Bali, Acordo de Copenhague, Acordos de Cancun, Emenda de Doha. Acordo de Paris de 2015. Contribuição Nacionalmente Determinada / <i>Nationally Determined Contribution</i> (NDC). Mecanismo de cumprimento do Acordo de Paris. Mercado de crédito de carbono. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Relatórios de avaliação do IPCC. Litígios climáticos. Opiniões consultivas sobre mudanças climáticas. Cortes e tribunais internacionais. Implicação em outras áreas do Direito Internacional.								
OBJETIVOS	O objetivo geral do curso é fomentar uma visão sistêmica e crítica do Direito Internacional das Mudanças Climáticas. Os objetivos específicos da disciplina são: a) Compreender como funciona o Direito Internacional e os princípios internacionais aplicáveis e como as mudanças climáticas se tornaram um tema relevante na área; b) Adquirir uma visão geral dos tratados internacionais de mudanças climáticas concebidas no âmbito da Organizações das Nações Unidas (ONU); c) Conhecer e refletir criticamente sobre o mecanismo de governança dos tratados; d) Analisar a aplicação e interpretação desses instrumentos pelos tribunais e cortes internacionais.								
METODOLOGIA	As aulas serão na modalidade expositiva-participativa no tocante à parte teórica da matéria, com auxílio de recursos tecnológicos. Casos e perguntas também serão abordados em sala para fomentar o debate e a análise crítica.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
X	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação da disciplina e dos modos de avaliação								
2	Noções introdutórias de mudanças climáticas: mitigação e adaptação								
3	As mudanças climáticas no cenário internacional								
4	Introdução ao Direito Internacional das Mudanças Climáticas: <i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i> (UNFCCC), normas gerais e outros regimes								
5	Normas gerais do Direito Internacional: <i>no-harm</i> , desenvolvimento sustentável, precaução								

6	Desenho dos tratados internacionais do regime do UNFCCC: <i>hard e soft law, top-down e bottom-up</i> .
7	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 1992 e o Mandato de Berlim de 1995
8	Protocolo de Quioto de 1997: QELRC, estratégia e mecanismos de cumprimento
9	Entre Quioto e Paris: Acordos de Marrakesh, <i>Bali Action Plan</i> , Acordo de Copenhagen, Cancun <i>pledges</i> e Emenda de Doha
10	Acordo de Paris de 2015: NDC, estratégia e mecanismos de implementação
11	Mercado de crédito de carbono: racionalidade e tratados internacionais
12	O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e os relatórios de avaliação
13	Litígios climáticos na Corte Europeia de Direitos Humanos
14	Opiniões consultivas sobre mudanças climáticas na Corte Internacional de Justiça, no Tribunal Internacional do Direito do Mar e na Corte Interamericana de Direitos Humanos
15	A implicação para outras áreas do Direito Internacional, apresentação e entrega da resenha crítica
TRILHA	Advocacia Empresarial
	X Carreiras Públicas
	Regulação
	X Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>1º trimestre:</p> <p>a) Participação e presença nos encontros semanais (3 pontos);</p> <p>b) Em cada aula, um aluno será responsável por uma apresentação em 15 minutos sobre duas mídias/vídeos/notícias relacionada às mudanças climáticas (7 pontos).</p> <p>2º trimestre:</p> <p>a) Participação e presença nos encontros semanais (3 pontos);</p> <p>b) Entrega de um trabalho escrito no formato de resenha crítica + Apresentação do conteúdo desenvolvido na resenha no último dia de aula (5 pontos para resenha crítica e 2 pontos pela apresentação em sala)</p> <p>A resenha crítica é um trabalho final que precisa relacionar o Direito Internacional das Mudanças Climáticas com um tema não abordado em sala, mas que tem correlação com a disciplina. A resenha deverá ter 3 a 5 páginas de elementos textuais. Os critérios de avaliação são (i) a explicação sobre o assunto que foi abordado em sala; (ii) a relação desenvolvida no texto com o Direito Internacional das Mudanças Climáticas; (iii) coesão e coerência do texto.</p> <p>Exemplos de assuntos que podem ser desenvolvidos na resenha crítica:</p> <p>1) A implicação de regra, princípio ou mecanismo de implementação abordado nas aulas 4 a 10 com algum aspecto econômico, tributário, ou de direitos fundamentais e/ou humanos ou outras áreas;</p> <p>2) A aplicação de um tratado internacional em litígios climáticos que não foram abordados em sala;</p> <p>3) As tensões e conexões do Direito Internacional das Mudanças Climáticas para outras áreas do Direito Internacional como direitos humanos, migração e deslocamento interno, refugiados, conflitos armados, comércio internacional, investimento internacional, desigualdade de gênero, alimentação, saúde, biodiversidade,</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BODANSKY, Daniel; BRUNNÉE, Jutta; RAJAMANI, Lavanya. International climate change law. Oxford: Oxford Press University, 2017. 374p.</p> <p>CARLARNE, Cinnamon P. The Space between Grand Optimism and Grim Determination: Finding a Pathway Forward in International Climate Change Law. Loyola University Chicago International Law Review, v. 16, n. 1, pp. 1-20, 2020.</p> <p>MAYER, Benoit. The international law on climate change. New York: Cambridge University, 2018. 302 p.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BODANSKY, Daniel. Advisory opinions on climate change: Some preliminary questions. Review of European Comparative & International Environmental Law, v. 32, n. 2, p. 185-192, jul. 2023.</p> <p>DESIERTO, Diane. “Stringent Due Diligence”, Duties of Cooperation and Assistance to Climate Vulnerable States, and the Selective Integration of External Rules in the ITLOS Advisory Opinion on Climate Change and International Law. EJIL: Talk, 03. jun. 2024. Disponível em: https://www.ejiltalk.org/stringent-due-diligence-duties-of-cooperation-</p>

<p>and-assistance-to-climate-vulnerable-states-and-the-selective-integration-of-external-rules-in-the-itlos-advisory-opinion-on-climate-change-and-inte/</p> <p>HERNANDEZ, Brianna; BIANCO, Christine; GARCIA, Zenel. Refugees without Recognition: Climate Change and Ecological and Gender Inequality. EJIL: Talk, 15 ago. 2024. Disponível em: https://www.ejiltalk.org/refugees-without-recognition-climate-change-and-ecological-and-gender-inequality/</p> <p>MEAD, Sarah; WEWERINKE-SINGH, Margaretha. Recent Developments in International Climate Change Law: Pacific Island Countries' Contributions. International Community Law Review, v. 23 n. 2/3, p. 294-309, 2021.</p> <p>PIRLOT, Alice. Carbon Leakage and International Climate Change Law. Transnational Environmental Law, v. 13, n. 1, pp. 61-86, 2024.</p>
